

INSTITUTO UNIVERSITARIO JUSTITIA ET PAX

18/V/74

Documentação (2)

(Do Bispo do Porto à comissão organizadora do Conselho de Leigos)

1. Como ponto de arranque podíamos assentar no conhecido enunciado de estilo paradoxal: tudo no homem é político, mas a política não é tudo. À base do primeiro membro desta antítese, poderia formular toda a sùmula do que vos proponho dizer na afirmação de que, podendo agora finalmente os portugueses pensar, falar e agir politicamente, devem todos, devemos nós em ~~xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx~~ ciência e consciência informadas, lúcidas e responsável, falar e agir politicamente. Se até agora nem todos tinham a possibilidade ou a coragem de "falar em política", e se até alguns parece que nem sequer se atreviam a pensar nesse domínio reservado ou coutada de caça de uns pucos, que era a política - não fossem alguém adivinhar-lhes os pensamentos ou não fossem esses pensamentos pôr o próprio sujeito pensante em consciência de culpa, por cobardia, mentira ou insolariedade -, hoje não só se pode pensar e fazer mas também actuar na vida pública. Não será preciso para isso agora muita coragem; e pode ser mesmo que agora aí se acoberte a mesma pusilanimidade, que antes fazia cantar no coro ou calar, e agora incita a "uivar com os lobos". De facto, há muito quem tenha medo do silêncio, e por isso "cantam na noite"; Como há outros que iam sempre àlea "música clássica", pela harmonia e sinfonia, mesmo e sobretudo no que devia ser o diálogo humano e a dialética social e os mesmos talvez hoje mais ensaiem "musica pop"...

O mérito não está hoje em falar e agir politicamente: o mérito estará sim, em pensar bem, lucida e corajosamente pensar bem - que não é sempre o mesmo que bem-pensar e até pode exigir atitudes contrárias aos bem-pensantes! - e depois falar e agir conforme o pensamento.

2. O católico não é indiferente em política nem o pode ser legitimamente. Por um lado, a Igreja pensa que só pode desenvolver-se e desempenhar o serviço que lh está cometido a bem do HOMEM sob um regime político " que reconheça os direitos fundamentais da pessoa e da família bem como os imperativos do bem comum" (G.S. 42) .

Por outro lado, no desempenho desse mesmo serviço ao HOMEM, "o Concílio exorta os cristãos, como cidadãos que são de uma e outra cidade, a que se esforcem por cumprir com a maior fidelidade as suas tarefas terrenas, e isto em fiel obediência ao espírito do Evangelho". E logo a seguir denuncia o mesmo Concílio como um dos "mais graves erros do nosso tempo e escândalo gravemente condenável", este divórcio (ou dicotomia ~~mixta~~ sismática, diríamos) entre as duas "cidadanias", a saber, que uns em nome da "cidade futura", desprezam os deveres cívico-políticos, aos quais a sua fé mais os devia obrigar, e que outros, "de tal modo julguem dever mergulhar-se nos negócios terrestres que os tenham como inteiramente estranhos à sua vida de fé, limitando pois a sua "religião" somente aos actos de culto e ao cumprimento de certos deveres de moral individual" (G.S.43). O cristão não pode ser um cidadão diminuído: o Reino de Deus deve potenciar o empenho na construção de um mundo humano.

3. Mas, sendo assim e porque assim é nem os católicos individualmente nem qualquer grupo cristão se pode atribuir o exclusivo do Evangelho nem fazer monopólio, substantivo ou ajectivo, de nomes ou atributos religiosos. "Muitas vezes a própria visão cristã das coisas inclinará os homens para tal ou tal solução, diferente segundo as circunstâncias. Outros cristãos, porém, conduzidos por uma não menor sinceridade, como tantas vezes e legitimamente acontece, julgarão diversamente da mesma questão. Se pois acontecer que as soluções, propostas de diversos lados mesmo sem intenção das partes interessadas, sejam facilmente ligadas por muitos com o próprio anúncio evangélico, lembrem-se todos de que a ninguém é lícito em tais casos reivindicar exclusivamente para si e a favor da sua opinião a autoridade da Igreja (Ibid.). A questão, em princípio, é bem clara: a Igreja não é um partido, não há portanto um partido de Igreja. (Entre parêntesis que o mesmo se poderia dizer a respeito das ideologias, a saber que, assim como a fé não é uma ideologia, assim também não há que fazer uma ideologia da fé; mas isso seria longo de explicar-se).

Confermando as palavras do concílio, os bispos portugueses tínhamos lembrado de novo, em 4 de mês corrente, "que nenhum cristão ou agrupamento político podia reivindicar, de modo exclusivo, para a sua opinião a autoridade da Igreja". Se sempre e conforme a experiência de outros povos, esta recomendação devia ser observada, muito mais deverá ser tomada em conta para o caso e nas condições de Portugal, queo presentes quer referidas ao passado: Nem política de centro Católico nem de partido ou partidos de Igreja! E se isto vale para a proclamação expressa e por próprias palavras - rótulos partidários, como expectivamente às vezes se diz - não menos vale, e pode mesmo importar mais, quanto a sinónimos e equivalências, que sejam sinceros ou destinados a " bom entendedor".

Ora bem: os jornais já falaram de um "partido cristão" e há vozes que pedem ou anunciam partidos "católicos", "democracias católicas", etc. Quanto ao partido que já se diz em curso, não tivemos nem temos dele qualquer conhecimento nesta Diocese "o que não deixa de ser curioso, tratando-se de um facto "cristão" ou "católico" ...)

Mas nem deste nem de qualquer outro partido de denominação ou ineinuação confessional tomámos ou tomaremos conhecimento, a não ser no sentido indicado, de recusa principal.

Quanto aos apelos urgentes ao Bispo do Porto para promover, ou mesmo para se fazer chefe de um partido, apenas terei de agradecer a benevolência das intenções com um sorriso não menos benevolente.

Como pode acontecer que a benevolência e a confiança, mais ou menos profundas e sinceras destes apelos ou sugestões provenham da imagem do "Bispo político" que a malevolência verrinosa de outros tempos se empenhou em espalhar, talvez ainda valha a pena esclarecer que a "Carta" que afinal nem mesmo era carta, mas apenas um "pro-memória" da confiança com o ditador, cuja "boa fé" bem se conhecia - não tinha outra intenção, nem conteúdo que aquilo mesmo que agora dizemos: que a profissão de fé cristã tem consequências e exigências políticas e que portanto aos católicos "não tinha representação de outros, nem então era de estilo falar como perito em humanidade"; e, ainda assim,) devia ser reconhecido o direito de turem dimensão política. A isto se responde com a consabida "boa fé", que o Bispo queria ser chefe político ou se tornara bandeira de partidos políticos. Como se pode ver agora, a coisa pagou, e deve ter sido admitida, sem má fé, por pessoas deficientemente informadas.

4. A Igreja tem podido e continua a pedir aos sacerdotes" e a certos responsáveis mais em evidência do seu apostolado) que se abstenham da actividade política partidária ou, como diz o Sínodo dos Bispos de 1971, "de assumir cargos de direcção ou liderança e de militar em qualquer partido político.

Para esta recomendação poderiam bastar razões práticas, visto que o melhor serve a causa comum aquele que faz bem o que é seu, nem é fácil ser competente, não digamos já eminente em muitas coisas. Pode também prever-se que esta recomendação venha também a ser ultrapassada, quando se reconhecer verdadeiramente toda a virtude do pluralismo (virtude relativa, certamente): mas se tal não acontece ainda nos países civilmente mais adiantados, para que pensar nisso já em Portugal?

Mas as razões do pedido de abstenção são bem mais profundas e de mais largo alcance para a sociedade. É que o "Reino de Deus" e os "Reinos" ou "estados" nunca coincidirão nem jamais coincidirão completamente, até ao fim dos tempos: Seremos sempre cidadãos de uma dupla cidade, e parece que a lealdade de cada uma das cidadanias, vivida em lucidez e sentido de mensura, será o melhor serviço a prestar à outra "cidade"...

Se assim é, e é realmente assim, a abstenção partidária "propter Regnum Dei" não mutila nem minora a qualidade civico-política do sujeito, antes a multiplica, potencia e sublima. A questão, tantas vezes está em acreditar no Reino, seu conteúdo e seu fruto no devir histórico.

Assim pensa a Igreja e é por isso que o recomenda aos bispos e presbíteros (e às vezes aos seus mais próximos colaboradores). Assim o ensina e justifica o Concílio na constituição pastoral "gaudium et spes" citando aí mesmo a constituição dogmática sobre a Igreja. "Todos os pastores tenham bem presentes que, pela sua convivência e solicitude quotidianas, devem mostrar ao mundo a face da Igreja pela qual os homens julgam da força e verdade da mensagem cristã. Pela sua vida e palavra, juntamente com os religiosos e fiéis, mostrem que a Igreja pela sua própria e única presença, com todos os dons que contém, é uma fonte inexaurível daquelas virtudes de que o mundo hodierno carece. Pelo estudo e zelo contínuo se tornem aptos a desempenharem o papel que é o seu próprio no diálogo que deve existir institucionalmente com o mundo e com os homens de qualquer opinião que seja. Acima de tudo tenham sempre no coração as palavras seguintes do concílio: "visto que o género humano h je mais e mais converge para a unidade civil, económica e social, tanto mais se torna preciso que os sacerdotes com cuidado e acção unidos sob a orientação dos bispos e do Sumo Pontífice, amacem e desfaçam todas as formas de dispersão, a fim de que todo o género humano chegue à unidade de família de Deus". (C.S. 43, L.C.15).

5. Evidentemente a unidade de que a Igreja fala não exclui as diferenças, tensões, divergências e mesmo conflitos. Numa sociedade que está dividida em classes, que tem mesmo espírito classista - pensemos (tanto monta, monta tanto) na sociedade "clássica", com o seu horror à "mistura ou nas novas classes dos estados que se dizem sem elas - em tais sociedades professar a convergência de interesses já desde a base, a harmonia social como pressuposto e imposição, o corporativismo como monolitismo social e fonte de poderio estatal, é contradizer a verdade conhecida por tal, é entrar no reino da hipocrisia e mentira ou em linguagem bíblica, no "reino do maligno". Não, a teologia sempre ensinou que a graça não destrói nem supõe a natureza, e o bom senso manda assentar a pirâmide sobre a base e não sobre o vértice - Chassez le naturel, il revient au galop....

Se poi pregamos a concórdia e a unidade social, não esqueçamos o pluralismo com os seus órgãos e estruturas, nem partimos da harmonia pre-estabelecida dos interesses individuais ou grupais. Se exortamos a que se vençam antagonismos e se evitem retaliações, odios e vinganças não queremos identificar com isso as tensões sociais, nem condenar juntamente com isso as lutas de classes. Conduzidos com lealdade, generosidade e amizade cívica as tensões e conflitos são naturais e legítimos; e uma sociedade não deve saber assumi-los ou, como se diz em linguagem desportiva, encaixá-los.

6. Tendo já falado de partidos e conflitos sociais, queria ainda chamar a atenção para uma matéria mais delicada e para um perigo mais subtil: o dum anti-comunismo estéril e negativo. Já comecei a receber alguns apelos - em algum caso, talvez suspeitos - e começa tal negativismo a entrever-se na nova forma, em vários aspectos das acções e reacções a que assistimos.

Não tenhamos dúvidas, nós, os padres e bispos, e vós os católicos, como tais conhecidos e activos, vamos encontrar-nos convidados, aliciados, seduzidos para uma grande cruzada. Temos de estar muito atentos e vigilantes, mas, mesmo assim, e prevendo a massa de católicos de boa fé que não serão vigilantes nem lúcidos, temos de contar com que a opinião pública nos dê como envolvidos nessa cruzada e nela colaboradores. E temos de prepararmo-nos para nos defendermos a nós, e defender a opinião pública. Antecipemo-nos um pouco:

- Somos católicos, não é verdade? portanto anti-comunistas... o comunismo é "intrinsecamente perverso, está escrito, portanto o comunismo, em Portugal e em 1974, tudo quanto hoje e aqui se possa chamar comunismo é intrinsecamente perverso e digno de morte. Portanto, "intrinsecamente perverso, "criatura sinistra", aquele comunista que vê acolá... toda a pessoa que não seja anti comunista como nós. Toca a reunir, frente única, cidadela cercada, pensar é já trair, nada de traidores!... Nós somos os puros, os íntegros. Conosco pois pela integridade da Fé, pela ordem católica, pelo direito natural, pelas liberdades eclesiásticas, por Deus e pela Pátria, conosco todos à uma, fiéis, padres e bispos! Nada de divisões, todos unidos contra o "pecado da divisão!...

Estarei eu a sonhar? oxalá! e oxalá por outro lado que o convite e envolvimento fossem tão claros e expressos como aqui o dizemos que já o perigo estava em grande parte vencido. Mas há muitas maneiras de dizer ou de insinuar as coisas, conforme os tempos e as circunstâncias.

Perante esse anti comunismo estéril e negativo contra o qual já advertia Pio XII, temos orientações bastantes da Igreja. Sobretudo temos muito que fazer de nosso e de positivo, para nos sobrar tempo de sermos reaccionários, de sermos "anti". Se acreditamos no reino de Deus por fé e esperança teológicas, não temos que perguntar onde nos leva, nem julgar dos que talvez o procurem com igual sinceridade e generosidade, mesmo nas trevas e no anonimato. Mais que isso, se somos apenas anti seremos levados e manobrados por aqueles que têm algo a fazer,

por aqueles que são pró. Combatê-los é situar-se no terreno deles, pode equivaler a perder o nosso. É na nossa doutrina e nas nossas tarefas que devemos pôr o acento tónico e isso até pode ser que baste para se compreenderem as necessárias distinções doutrinárias e para sabermos de que espírito somos, mesmo quando os nossos caminhos se cruzarem ou parecerem ser paralelos.

7. Nesta mesma linha não podemos deixar de aludir ao facto sindical. Estamos a ver a sua efervescência e, certamente, os fenómenos vão intensificar-se e generalizar-se. Nada de estranho que o sindicalismo livre seja marcado, por um tempo, de forte coloração das forças mais avançadas, pelas razões óbvias em toda a parte e muito particularmente pela mentira do corporativismo que aí tivemos. (E permito-me, neste momento lembrar que, há já muitos anos, reportando-me à afirmação de um sociólogo - Otto Honn, creio, - de que todos os séculos da história tinham sido corporativos, menos o século XIX, eu me permitia discordar radicalmente e afirmava que, o contrário, o século XIX era o mais corporativista, dum corporativismo conquistado nas fábricas e nas barricadas, nas lágrimas e no sangue: esse corporativismo livre é o sindicalismo.)

Mas, sendo assim, é natural que o sindicalismo seja, por bastante tempo, influenciado pelos partidos mais avançados e tome, ao menos em grande parte, a sua coloração. Daí, de novo, o grande perigo de que já temos amostras reticentes mais claras: sindicalismo é igual a comunismo, ser sindicalista é ser comunista, ser operário é ser sindicalista, portanto ser operário é ser comunista. Conclusão necessária: ser católico é ser conservador, católico é igual a burguês. Eis a outra fase do grande perigo: para o catolicismo português seria o fim...

8. Tomada do Poder... também na Igreja?!

Há por aí fenómenos que parecem mostrar que a democratização da sociedade portuguesa aparece a alguns como ocasião propícia para esta escalada dos "muros eclesiásticos".

Pois bem: tomada de poder na Igreja como descoberta e ocupação do espaço de liberdade do leigo, todos o queremos, vós e eu. Vós o dizais e muito bem no projecto do estatuto que me apresentais; que o conselho de leigos visará ser a expressão do laicado da diocese em ordem à sua missão no interior da Igreja e nas relações da Igreja com o mundo, à base de uma consciência cristã esclarecida a nível oficial e comunitário. Perfeitamente de acordo: até há pouco, quase sempre se falava de responsabilidade do leigo na Igreja e pouco ou nada do seu direito. É evidente, no entanto, que não pode haver responsabilidade sem liberdade, obrigação sem direito; e os respectivos espaços devem mais ou menos corresponder-se. Vamos então a procurá-los, leigos e padres juntos, num propósito e tensão de harmonia, ao menos ao fim. Ao fim, digo, porque pode haver diferenças nos caminhos da busca. Nem mesmo nos vamos alarmar se, tendo-se agora falado quase só de responsabilidade, se começa agora falar mais, porventura com certo exclusivismo novo, de liberdade e direito. Contanto que a dinâmica geral seja de harmonização, como termo do processo. Não deixe no entanto de ser muito curioso, e pode de certo assinalar-se "sans rancune", que entre aqueles que reclamam o lugar nas igrejas - precisamente na igreja, não na cripta ou sacristia - destaquem alguns daqueles que recusaram a disciplina eclesiástica, que tinham livremente prometido diante do povo de Deus... E talvez para exigir que peçam perdão... os outros! Que, se fosse para voltarem a pôr-se ao serviço da libertação integral do homem, melhor...

9. Alargando esta consideração do capítulo de culpas a todo o âmbito do leque ideológico, até ao outro extremo devemos assinalar aqui um dos factos mais evidentemente revelados pela grande mutação política

-social em curso e que particular e gravissimamente nos interessa a nós, cristãos, e a todo o nosso apostolado. Essa revelação, que aliás para muitos observadores é mera confirmação, consiste no número e categoria de pessoas e grupos, que se dizem católicos (e "dos melhores") os quais no entanto mostram não serem capazes de penitência. E não ser capaz de penitência é o mesmo que não ter consciência moral: E não ter consciência será compatível com a moral e a fé cristã?!

Vemos para aí muitas palavras e atitudes que nos lembram não sabemos bem se a inocência original se um "novo baptismo" que excedesse a radicalidade Paulina: nascemos hoje, não temos história, somos inocentes, que o "velho Adão" fique sepulto (na memória dos outros, é claro), somos a nova criatura. De resto, nunca fizemos política, Deus e Pátria foi sempre e será para o futuro o nosso único ideal... se nos deixarem (que já começa a "vocação" de mártir).

Creio se dos mais graves escândalos e directo anti testemunho do Evangelho esta recusa da confissão das suas culpas e de bater no próprio peito a penitência por parte das pessoas e ainda mais das instituições católicas. Se muito temos, como bispos, recomendado o perdão das injúrias e a vitória sobre o espírito de vingança, ódio e retaliação, de nenhuma forma queremos significar que se perca a senda da justiça ou que se passe por cima da necessidade de arrependimento e penitência.

O Evangelho começa sempre pela penitência ou "metanoia", em ordem ao perdão e regeneração. A disciplina do perdão público está mesmo perfeitamente estabelecida no Evangelho, tão perfeitamente como a da correcção fraterna.

Lembremos apenas o cap. XVII de S. Lucas. A doutrina do perdão está aí situada na sequência e ainda do contexto do escândalo dos pequenos e do seu castigo inexplicável. Diz-se depois que "se o teu irmão pecar contra ti increpa-o; e se ele fizer penitência ("si poenitentiam egerit - ean metanoese") perdoa-lhe". E insiste depois que sempre se deve perdoar, mas com uma imprescindível condição, a saber, "se convertido a ti te disser: eu me arrependo - " poenitet me - metanoé".

Nem deixemos de lembrar que, em face desta nova doutrina do perdão, os Apóstolos reagem logo com uma singular e inesperada imploração; " Senhor aumenta-nos a Fé!".

Refugiar-se contra a obrigação humana e cristã da responsabilidade por nós e pela nossa história, pessoal ou institucional, na invocação de Deus e da Pátria pode parecer um alibi oportuno, mas não pode deixar de ser visto pelos homens conscientes como mísera alienação e gravíssimo escândalo. Deixemos Deus em paz; e a Pátria também. Se em algum caso pode ter aplicação a lembrança de Platão, ao terminar o diálogo das "leis" ou "répública": " Deus é inocente, sim Deus é inocente!" - seria, mais que tudo, aqui...

Nós estamos neste mundo e não podemos deixar de situar-nos em relação à sociedade e à vida pública concreta. A inovação oportunista do "Deus e Pátria" - essa cegarrega a que me acostumei desde há já bem longos anos, desde que comecei a ler a "boa Imprensa", e que desde sempre me souu a hipocrisia, deserção moral e alienação - essa invocação que pode parecer útil como refúgio enquanto dura o temporal, mostrará os católicos como incapazes de honestidade e responsabilidade na vida pública e, antes disso e mais que isso, pretende ser qualquer coisa que temos de denunciar como o mais grave atentado de violação e manipulação da consciência cristã. É qualquer coisa, na verdade, como isto: -Deus e Pátria, nada mais que Deus e Pátria! Seguir-nos é estar por Deus e pela Pátria: estar contra nós é estar contra Deus e contra a Pátria. Por nós portanto, e pela nossa cruzada todos quantos crêem em Deus e amam a Pátria: fora de nós, só os ateus e os antipatriotas!...

Totalitarismo ao divino, totalitarismo sacralizado, nacionalismo sacral e divinizado (ou antes misticado)! Não, se houvésemos de escolher, antes a fórmula fascista "Tudo pelo Estado, nada contra o Estado!", ou mesmo a sua tradução, mais subtil, hipócrita e venenosa: "Tudo pela Nação, nada contra a Nação!"...

Não, não invoquemos o "santo nome de Deus, em vão!"... não desonremos, sob a invocação da Pátria, os nomes dos nossos pais e nossas mães!...

O fascismo mussolínico, como todos os outros, foi a habil exploração do medo ao povo por um político socialista...

10. Finalmentedigamos a palavra-chaveda situação, situação de muitos católicos, e palavra-chave para esses católicos, queé ainda uma palavra do Evangelho: "Nolite timere" (Lc. 12, 32) - não temais vós, pequeno rebanho, porque aprouve ao Pai dar-vos o Reino, como vossa tarefa! E nem sequer esqueçamos esta palavra de coragem e encorajamento é posta por São Lucas logo a seguir áquela em que se diz: "procurai primeiro o Reino de Deus e a sua justiça, tudo o mais virá por si mesmo".

Palavra-chave, dizemos, poroue a verdade é que a razão - ou melhor a sem-razão - da atitude das grandes massas (rurais, mas não só) da nossa população é o medo, o medo natural de quem tudo ignora da vida pública, e o medo artificial, zelosamente cultivado por anos e anos. E nesse medo está a grande parte a causa da agressividade, suspeição contra "o outro", medo, generalização dos medos, panico, angustia, fuga para diante, investida sega do touro no redondel...

Isso víamos, isso vemos, E veremos também as "maiorias silênciosas": E "ouviremos" esse silêncio, que, por um lado, pode ser alienação da consciência e, por outro, maquiavelismo bem calculante. E ouviremos até profetas e profecias de desgraça, que tanto poderão ser concreção de desejos inconfessados como enxutório de medos incontidos...

Evidentemente a vida é milícia e risco: viver é lutar e perigar.

Mas "nolite timere": acreditemos no Reino de Deus, no Homem regido por Cristo, e não temeremos.

Aos mais responsáveis - e vós sois, por agora, os representantes do laicado diocesano - lembrarei que prudência não é medo. Mostrar medo seria, além do mais, uma grande "imprudência" apostólica. O fascismo mussolínico, como todos os outros, foi a hábil exploração do medo ao povo por um político socialista... Vamos nós, cristãos empenhados, ter medo do nosso povo?

Não tenhamos dúvidas, o futuro será feito pelo Povo e seus representantes, ou seria feito pelo Poder e seus detentores. "Tertium non datur".

Se algum cristão aceitasse esta segunda alternativa, a do "homem do Poder" - decertobem guardada no fundo do coração, "ad tempus" - cairia inevitavelmente no culto da personalidade, na instrumentalização do religioso, e bem mereceria a condenação bíblica: "maldito aquele homem que confia no homem" (Jer. 17,5).

Porque o futuro está no Povo, isto é, no homem comum, no "homem que não tem que perder" e não ser a si mesmo, é sua "alma", no homem-consciência, na pessoa humana, quem não vê que a missão da Igreja se esclarece e clarifica?

A obra, pois, com Deus "futuro absoluto do Homem" vem Senhor Jesus. "maranatha!".